

Superávit primário recua para 5,77% do PIB

O resultado é inferior aos 6,53% do PIB do primeiro semestre de 2005 e corresponde a R\$ 57,154 bilhões

FERNANDO NAKAGAWA
E SIMONE CAVALCANTI
BRASÍLIA E SÃO PAULO

Com a menor participação do Tesouro Nacional no esforço fiscal, por conta da elevação dos gastos públicos no primeiro semestre deste ano, o setor público consolidado — que inclui as contas das três esferas de governo e suas respectivas empresas estatais — registrou queda no volume de superávit primário na comparação com igual período de 2005.

A despeito do resultado, o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, diz acreditar que a meta de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) será cumprida e que, a relação entre a dívida pública e o produto cairá abaixo de 50% ainda este ano.

Conforme números apresentados pelo Banco Central ontem, o resultado primário acumulou R\$ 57,154 bilhões no primeiro semestre. O esforço foi gerado pelos R\$ 38,531 bilhões positivos do governo central — Tesouro Nacional, Previdência Social e BC —, R\$ 11,557 bilhões dos governos regionais e R\$ 7,066 bilhões das empresas estatais das três esferas.

O montante acumulado neste ano corresponde a 5,77% do Produto Interno Bruto (PIB), estável em relação ao mês anterior (5,79%). Porém, na compa-

ração com os primeiros seis meses de 2005 houve forte queda, pois foi quando o setor público ficou superavitário em 6,53% do PIB. Nos últimos 12 meses terminados em junho, a economia para o pagamento de juros da dívida pública chega a 4,51% do produto (R\$ 90,71 bilhões). “Essa diferença entre os 4,51% obtidos em 12 meses e a meta de 4,25% serve como margem de segurança para fazer frente aos maiores gastos públicos do final do ano”, afirmou Lopes.

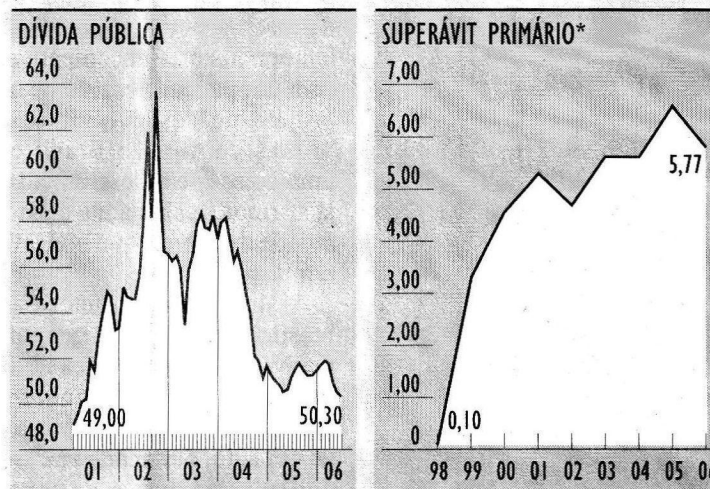
Tradicionalmente nos meses de novembro e dezembro, por causa do pagamento do 13º do funcionalismo público no País, o setor público registra déficit primário. Por isso, é que, exceto em anos eleitorais como este, o superávit costuma ser muito mais forte no primeiro

semestre do que no segundo. Nos primeiros seis meses de 2006, as três esferas de governo e suas estatais desembolsaram com o pagamento de juros R\$ 81,640 bilhões, o equivale a 8,25% do PIB. Desta forma, na conta após o pagamento de juro, há déficit nominal de R\$ 24,486 bilhões nos seis meses (2,47% do produto).

Muito embora os números não neguem a redução, Amir Khair, consultor financeiro e ex-secretário de Fazenda da Prefeitura de São Paulo, ressalta que em anos eleitorais o perfil das despesas é inverso ao dos demais. “Há grande probabilidade de fechar na meta de 4,25%. Não com a folga verificada em anos anteriores, mas com tranquilidade”, diz, explicando que projeta melhores resultados nas contas da Previdência Social ainda neste ano

RESULTADOS POSITIVOS

(em % do PIB)



Fontes BCB e Centro de Informações da Gazeta Mercantil *No 1º semestre de cada ano

tanto do lado da arrecadação quanto na redução de despesas.

O especialista diz ainda que o resultado nominal em 2006 deve ser menor do que 3% do PIB, portanto, melhor do que o apurado no ano anterior (3,2%), mesmo com um resultado primário em cima da meta. Tudo isso do processo de redução da

taxa básica de juros, a Selic. A Selic média no ano passado foi de 19,1% anuais e deve encerrar 2006, segundo suas projeções, em 15%. “Além disso, o PIB também deve crescer a 4,5%, amenizando a relação”.

NO MÊS, RESULTADO SOBE

O mês de junho terminou

com superávit primário de R\$ 10,440 bilhões. O número é maior que o resultado obtido em maio, quando a economia para o pagamento de juro foi de R\$ 6,303 bilhões. Na comparação com igual período de 2005, o resultado é um pouco maior ante os R\$ 9,623 bilhões obtidos no mês de junho do ano passado.

O resultado foi obtido com o superávit primário de R\$ 6,877 bilhões do governo central somado ao resultado positivo de R\$ 1,472 bilhão dos governos regionais (Estados e municípios) e R\$ 2,095 bilhões das empresas estatais.

No mês, o pagamento de juro nominal somou R\$ 17,435 bilhões, cifra maior que os R\$ 7,158 bilhões de maio e os R\$ 15,234 bilhões de junho do ano passado. Assim, houve déficit nominal de R\$ 6,991 bilhões, em alta ante o déficit de R\$ 855 milhões em maio e o resultado negativo de R\$ 5,610 bilhões em junho do ano passado.



Altamir Lopes